

Boletim

CR/RR

ABRIL/2016

SUBSÍDIOS PARA AS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DE REPRESENTANTES



SEMANAS DECISIVAS EM DEFESA DA DEMOCRACIA, CONTRA O GOLPE

No dia 31/03, os trabalhadores e os movimentos sociais, organizados pelas Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, realizaram manifestações em Brasília e em diversos estados brasileiros em defesa da democracia e contra o golpe, reunindo em conjunto 1 milhão de pessoas. Também foram realizadas manifestações em várias cidades do exterior.

Semana de intensas movimentações

Na mesma semana, ocorreram outros acontecimentos importantes. O Supremo Tribunal Federal decidiu por 8 votos a 2 que as investigações sobre o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva devem ser conduzidas por aquela corte e não mais pelo juiz Sérgio Moro, além de anular gravações irregulares divulgadas pelo juiz e, ainda, sinalizar possíveis punições ao magistrado por desvios de conduta no comando dessas investigações. Esta decisão é importante, porque setores do poder judiciário, da polícia, do Ministério Público e da mídia, sob o argumento de combater a corrupção, não podem continuar

agindo ao bel-prazer, sem respeitar as leis e a Constituição.

Dois dias antes do julgamento do STF, o encontro do PMDB decidira por aclamação pela saída do Governo Federal. Porém, da forma como a decisão foi tomada, ainda não é possível avaliar que efeito prático terá sobre os acontecimentos, pois há ministros que relutam em deixar suas pastas. Líderes do próprio PMDB avaliam que a decisão foi precipitada.

Também nesta semana entrou em funcionamento a comissão que trata do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Os proponentes da ação baseiam seu pedido na prática das chamadas “pedaladas fiscais”, quando o Governo Federal adiou repasse de determinadas verbas para realizar o pagamento de benefícios sociais, como Bolsa Família, tendo regularizado todos os citados repasses ao final do ano passado. A defesa da Presidenta alega que isto não se constitui crime, mas uma prática realizada pelos Presidentes antes dela e pela absoluta maioria dos Governadores e Prefeitos do país.

Na realidade, embora o impeachment esteja previsto na Constituição Federal, ele não pode ser realizado a qualquer pretexto e sim quando ocorre crime de responsabilidade, o que não está configurado nas “pedaladas fiscais”. Como dizemos - nós que nos opomos a esta manobra que busca abreviar o mandato da Presidenta da República, legitimamente eleita com 54 milhões de votos - impeachment sem crime é golpe.

Uma crise ética

É inacreditável constatar que muitos consideram normal a existência de um processo de impeachment contra uma pessoa que não está indiciada em nenhum processo penal, não é ré, nem está sendo investigada por algum crime, mas não ficam indignados com o fato de que este processo de impeachment esteja sendo conduzido pelo Deputado Eduardo Cunha, declarado réu pelo Supremo Tribunal Federal em três processos com o voto unânime dos juizes daquele tribunal. Quando algo assim acontece, é momento de refletirmos sobre o que está ocorrendo em nosso país.

De acordo com previsões de especialistas, a votação do impeachment na Câmara poderá ocorrer no domingo, 17/4. Ela está sendo preparada como um momento de comemoração desta elite que tem ido às ruas para tentar mudar os rumos políticos do Brasil, formulando até mesmo palavras de ordem pela volta da ditadura militar. Entretanto, o jogo ainda está em curso e nada indica que os que querem o golpe já tenham conseguido obter a maioria de 2/3 dos deputados, como manda a lei.

Defender a democracia é defender o direito de lutar por uma vida melhor

Não se trata de defender o Governo Federal, nem de nos isentarmos de críticas em relação a este ou aquele aspecto das políticas governamentais. Como Sindicato representativo dos professores do estado de São Paulo, a APEOESP se opõe a todo ajuste ou reforma que retire direitos dos trabalhadores. Mas o momento é de defender a democracia e o estado de direito. A democracia pressupõe o respeito de todos à Constituição Federal, a Carta Magna do país. Como diz a Constituição, todos são iguais perante a lei. Eventuais divergências em relação a qualquer governo não podem justificar que se queira abreviar seu mandato. A escolha dos governantes se dá periodicamente, por meio das eleições diretas. Admitir o contrário significa



aceitar que a democracia está sempre em perigo e que a cada momento grupos minoritários, derrotados nas urnas, poderão realizar movimentos para derrubar governos em todas as esferas da federação.

Mais ainda: para nós, a democracia vai muito além do direito de votar e ser votado. Ela significa liberdade de organização, de expressão, de manifestação, enfim, a liberdade e o direito de lutar por mais direitos, por melhores salários e por melhor qualidade de vida para todos e todas.

Lutar pela democracia é cumprir nosso papel de educadores(as)

Não há dúvida: o pano de fundo da atual crise institucional não é jurídico e não tem seu foco principal no combate à corrupção. Trata-se de uma disputa política em torno do poder e essa disputa está produzindo conflitos e exacerbando comportamentos inaceitáveis na nossa sociedade. Os meios de comunicação corporativos, sob a liderança da Rede Globo de Televisão, têm uma grande res-

ponsabilidade sobre esses acontecimentos. Diariamente o Jornal Nacional, da Rede Globo, outros telejornais, emissoras de rádio e alguns grandes jornais e, semanalmente, revistas de circulação nacional dedicam-se ao massacre de partidos de esquerda, lideranças e personalidades progressistas, incitando o ódio, a intolerância e, sem exagero, armando aqueles que ofendem e agredem quem circula pelas ruas, praças, avenidas, restaurantes, cinemas e outros locais com trajes ou objetos na cor vermelha. Para citar apenas um caso, lembramos do ciclista que foi agredido em plena Avenida Paulista por conduzir uma bicicleta na cor vermelha.

Como educadores, como cidadãos e cidadãs, não podemos compactuar com isto. Por isso, cada subsede da APEOESP está se transformando em comitê de luta em defesa da democracia, contra o golpe. Não somos neutros quando se trata de defender os direitos fundamentais da cidadania e continuaremos a participar de todas as lutas e mobilizações neste sentido.

II. Campanha Salarial e Educacional

REAJUSTE ZERO, NEM PENSAR!

Preparar a mobilização da categoria para conquistar reajuste salarial e valorização

Uma vez mais os professores e professoras da rede estadual de ensino terão que enfrentar a política autoritária do Governo Estadual na luta pela valorização da nossa categoria e pela defesa da escola pública.

O Governo do Estado pretende que nossa categoria fique mais um ano com reajuste zero. Não vamos aceitar!

Para não nos dar reajuste salarial, o Governo criou uma falsa polêmica em torno do Bônus, contrapondo seu pagamento a um reajuste irrisório e inaceitável de 2,5%, desconsiderando totalmente nossas perdas salariais, a inflação do período e a real necessidade de valorização da nossa categoria.

A política de bônus divide a nossa categoria. Ela beneficia apenas uma parte, enquanto outra é excluída ou recebe valores insignificantes. Dados divulgados pelo próprio Governador indicam que 33% dos servidores do magistério nada receberão. Os que

vierem a receber, terão valores muito inferiores aos de 2016, pois a verba foi prevista para apenas R\$ 430 milhões neste ano.

Porém, em 2015 o Governo retirou do Tesouro R\$ 1 bilhão para pagar bônus, utilizando-o para minar a nossa greve. Digasse de passagem, foi o fato de estarmos em greve que o fez pagar o bônus deste tamanho, pois não havia sequer provisão para isto. Desta forma, mesmo quem defende o bônus deve reconhecer que foi a nossa luta que garantiu seu pagamento.

Mesmo discordando da política de bônus, sempre orientamos os professores a recebê-lo, enquanto durar esta política, pois não se rasga dinheiro e, afinal, trata-se de verba pública que pertence à educação.

Ao mesmo tempo, sempre debatemos com a nossa categoria que reajustes salariais – e não bônus, abonos e gratificações – são uma verdadeira política de valorização profissional.

Nossa luta conquistou a incorporação de abonos e gratificações

Foi com nossa luta que os abonos e gratificações impostos

por sucessivos governos foram incorporados aos salários (como a GAM, a GTE, a GG e outras), valorizando os salários e repercutindo em todos os adicionais e nos proventos das aposentadorias. Para tanto, realizamos mobilizações, paralisações e greves, como as de 2010 e 2013.

A enquete do Governo Estadual não representa nossa categoria – participem da consulta da APEOESP

A enquete que o Governo Estadual realizou entre os dias 29 e 31/03 não é correta, pois colocou aos professores a escolha entre o bônus (nas condições acima) e um reajuste muito baixo. Apenas 44 mil dos 400 mil servidores da Pasta (da ativa e aposentados) participaram da consulta, o que representa apenas uma pequena parcela dos servidores.

A APEOESP orientou a categoria a não participar desta enquete, pois, para nós, o nosso Sindicato é a legítima representação dos professores e das professoras e nosso espaço de deliberação é a

assembleia estadual que será realizada no dia 8/4, às 14 horas, na Praça Roosevelt.

Nosso Sindicato está realizando sua própria enquete, que está no ar no portal www.apeoesp.org.br (link <http://www.apeoesp.org.br/paginas/enquete-bonus-reajuste/>). Participe e incentive seus colegas a também responder às questões lá colocadas para que isto possa nortear as nossas discussões preparatórias para a assembleia.

Nossa luta é por política salarial e valorização

Lutamos sempre para que seja constituída uma política salarial que valorize de tal forma a categoria que os professores percebam que é melhor ascender na carreira e receber reajustes do que bônus, pois este não se incorpora aos salários e não incide nos adicionais nem nos proventos de aposentadoria.

Para nós, emergencialmente, é necessária a reposição da inflação do período (desde julho de 2014, quando ocorreu o último reajuste), totalizando 16,6%, e a instalação de uma mesa permanente de negociação, para discutir a valorização de acordo com o que estabelece a meta 17 do Plano Nacional de Educação, ou seja, a equiparação salarial entre os professores e os demais profissionais com formação de nível

superior. No estado de São Paulo isto significa um reajuste escalonado de 75,33%.

META 17 do Plano Estadual de Educação “Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente (...)”

Hoje, o salário base dos professores PEB I está 2,3% abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), o que significa que o piso salarial da nossa categoria pela primeira vez está abaixo do piso nacional. Isto é uma vergonha para o estado mais rico do Brasil e demonstra a que ponto chegou a política de desvalorização salarial e profissional praticada pelo Governo do PSDB no estado de São Paulo.

Governo desrespeita os professores

Por meio do Governador e do Secretário da Educação, o Governo Estadual afirmou que pagará o bônus na primeira quinzena de abril e que a média será de R\$ 2.008,00. De acordo com os dados apontados pelo Secretário, do total de 223.875 servidores beneficiados (pois o Governo vai deixar de pagar o bônus para outros 35 mil funcionários), 179.162 são professores.

Isto significa que, além do baixo valor per capita, cerca de 35 mil professores não receberão bônus, além dos já citados 35 mil funcionários cujo direito ao bônus é “elegível”, segundo a SEE.

O Governo disse ainda que pretende corrigir apenas o salário base do PEB I, sem citar índice. Isto fere a isonomia salarial prevista na Constituição Federal. Não é possível segmentar desta forma um reajuste salarial. Ao corrigir a base salarial, necessariamente isto deve repercutir em todos os demais salários.

O Secretário da Educação não se compromete com nenhum reajuste salarial e, ainda, faz apelos aos professores para que não façam greve, desconsiderando que esta deve ser uma livre decisão da nossa categoria frente a todo o desrespeito com que este Governo vem tratando aqueles que ele próprio declara como “a alma da escola e que devem ganhar bem”.

Queremos de volta todo o dinheiro que foi desviado da educação

O Governo do Estado utiliza a crise financeira como argumento para não reajustar nossos salários.

Renúncia fiscal

Por outro lado, o Governo pratica uma política de renúncia fiscal para beneficiar setores empresariais, a qual já fez com que os cofres públicos deixassem de

receber R\$ 14,5 bilhões apenas em 2014. Esta política continua e projeta para os próximos três anos uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 60 bilhões. A pergunta necessária é: qual a finalidade desta política, se não está gerando empregos, não está contribuindo para aquecer a economia no estado e vem causando o enfraquecimento das políticas públicas, entre elas a educação?

CPI da educação: dinheiro desviado tem que ser devolvido

Não podemos também esquecer dos R\$ 17,5 bilhões (atualizados) que foram desviados da educação entre 1996 e 2000 e que não foram ainda devolvidos, apesar de decisão judicial.

CPI da merenda, já!

Finalmente, há os milhões desviados da merenda escolar pela máfia que agia dentro do

Estado com acobertamento do Governo tucano. Nós estamos firmes nessa luta, exigindo dos deputados estaduais a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para identificar os culpados, para que sejam processados e presos e seus bens confiscados, com a consequente devolução dos valores desviados para a sua finalidade correta.

Faz parte desta ação a nossa luta pelo agendamento de audiência pública na Assembleia Legislativa, com a presença dos deputados e do Secretário da Educação, para debater a educação em seu conjunto, incluindo essa questão da merenda, o fechamento de classes, questão salarial, condições de trabalho e todos os demais temas que envolvem a atual situação da educação pública no estado de São Paulo e as medidas necessárias para melhorá-la.

Mobilização total

Diante do que foi exposto, fica claro que só podemos contar com nossas próprias forças para conquistar reajuste salarial, políticas de valorização profissional e todas as demais questões relacionadas à rede estadual de ensino.

Desta forma, as reuniões de representantes devem analisar o quadro atual, debatendo:

- ➔ Oportunidade de uma greve da categoria
- ➔ Mobilizações locais
- ➔ Propostas para calendário da mobilização estadual que será definida na assembleia do dia 8/4
- ➔ Organizar grandes delegações de professores e professoras para a nossa assembleia, lotando o máximo possível de ônibus e vans e utilizando outros meios de transporte
- ➔ Continuar organizando a participação na luta em defesa da democracia.

É imprescindível que esta seja uma grande assembleia, para que possamos dar uma forte arrancada na nossa campanha salarial e educacional, no sentido de forçar o Governo do Estado a realizar negociações para a reposição imediata de nossas perdas salariais decorrentes da inflação desde julho de 2014.

Esta luta é de todos! Quem decide o que é bom para a nossa categoria é a própria categoria!



Reajuste zero, nem pensar!

O professor não pode ganhar menos que os demais profissionais com formação de nível superior.

sexta
Dia

8

**ASSEMBLEIA
ESTADUAL**

Abri

COM PARALISAÇÃO

14 horas

Praça Roosevelt
Centro

- Não ao fechamento de classes e turnos
- Máximo de 25 estudantes por classe
- Gestão democrática
- Por garantia de direitos
- Mais verbas para a educação
- CPI da merenda já!
Cadeia para os culpados



FILIADO À
CNE
E
CUT

SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

A educação pública no estado de São Paulo nunca mais será a mesma!



expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Fábio Santos Silva
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Sílvio de Souza
Secretário de Comunicações Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Sílvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito F. Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Solange A. Benedeti Penha

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2014/2017

DIRETORIA EXECUTIVA: *Presidenta:* Maria Izabel Azevedo Noronha; *Vice-Presidente:* Fábio Santos de Moraes; *Secretário Geral:* Leandro Alves Oliveira; *Secretário Geral Adjunto:* Fábio Santos Silva; *Secretário de Finanças:* Luiz Gonzaga José; *Secretária de Finanças Adjunta:* Maria Sufaneide Rodrigues; *Secretário de Administração:* Odimar Silva; *Secretária de Administração Adjunta:* Maria José Carvalho Cunha; *Secretária de Patrimônio:* Miguel Noel Meirelles; *Secretária de Patrimônio Adjunta:* Tereza Cristina Moreira da Silva; *Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:* Francisca Pereira da Rocha Seixas; *Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:* Richard Araujo; *Secretário de Comunicações:* Roberto Guido; *Secretário de Comunicações Adjunto:* Sílvio de Souza; *Secretária de Formação:* Zenaide Honório; *Secretário de Formação Adjunto:* Paulo José das Neves; *Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:* Francisco de Assis Ferreira; *Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:* Solange A. Benedeti Penha; *Secretário de Política Sindical:* Moacyr Américo da Silva; *Secretária de Política Sindical Adjunta:* Ozani Martiniano de Souza; *Secretária de Políticas Sociais:* Rita de Cássia Cardoso; *Secretário de Políticas Sociais Adjunto:* Ezio Expedito Ferreira Lima; *Secretária para Assuntos de Aposentados:* Ana Lúcia Santos Cugler; *Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:* Fátima da Silva Fernandes; *Secretária para Assuntos da Mulher:* Suely Fátima de Oliveira; *Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:* Eliana Nunes dos Santos; *Secretária para Assuntos Municipais:* Nilcea Fleury Victorino; *Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:* Mara Cristina de Almeida; *Secretária Geral de Organização:* Cilene Maria Obici; *Secretária de Organização para a Capital:* Silvana Soares de Assis; *Secretário de Organização para a Grande São Paulo:* Stenio Matheus de Moraes Lima; *Secretária de Organização para o Interior:* Jorge Leonardo Paz; *Secretária de Organização para o Interior:* Paula Cristina Oliveira Penha; *Secretário de Organização para o Interior:* Sergio Martins da Cunha; *Secretária de Organização para o Interior:* Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar De Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho; Andressa de Sousa R. Mesko; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Ariovaldo de Camargo; Ary Neves Da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza De Souza; Claudelício dos Reis; Cláudia Cristina Alves De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Danilo Giacconetti Paris; Decio Alves Da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa; Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte; Fabiana Ribeiro da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fláudio Azevedo Limas; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Glaucia de Fátima Rodrigues; Idenilde De Almeida Conceicao; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto; José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteado Neto; Luiz Aurindo S. Oliveira; Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Marcio Cabral Barbio; Marcos César da Costa; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Mariana Coelho Rosa; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquembergue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Rodrigo Pinto Chizolini; Ronaldo Torelli; Rosa Maria De Araujo Fiorentin; Sergio De Brito Garcia; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva; Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zirnberger e Wilson Augusto Fiuzza Frazao.